

# A REPRESENTAÇÃO DO ALQUIMISTA NA POESIA ALQUÍMICA DE GEORGE RIPLEY (c.1415-1490) THE ALCHEMIST'S REPRESENTATION IN THE ALCHEMICAL POETRY OF GEORGE RIPLEY (c.1415-1490)

Bruno Sousa Silva Godinho<sup>73</sup>

Artigo recebido em 27 de agosto de 2022  
Artigo aceito em 15 de dezembro de 2022

**Resumo:** Neste artigo discutimos, de maneira breve, o uso de conhecimento retórico na representação do alquimista. Introduzimos uma questão historiográfica sobre a necessidade de leitura retórica dos textos alquímicos, seguida da apresentação do problema e, por fim, apresentamos os elementos que formam uma representação dicotômica do alquimista.

**Palavra-chave:** Inglaterra. Lugares-comuns. Retórica. Vitupério.

**Abstract:** In this article we discuss, briefly, the use of rhetorical knowledge in the representation of the alchemist. We introduce a historiographical issue about the necessity of a rhetorical reading of alchemical texts, followed by the main subject of the article, and, finally, we present the elements that form a dichotomic representation of the alchemist.

**Keyword:** Commonplaces. England. Rhetoric. Vituperation.

## A historiografia da alquimia e o texto alquímico

Há pouco mais de quatro décadas o estudo histórico da alquimia foi retomado com vigor por historiadores e historiadoras das mais variadas formações (MARTINÓN-TORRES, 2010). Hoje, pode-se dizer com

---

<sup>73</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador-discente do Laboratório de Teoria e História das Mídias Medievais (LATHIMM). Graduado com licenciatura e mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: [brunossogodinho@ufrj.br](mailto:brunossogodinho@ufrj.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7615-2014>.

segurança – ao menos em relação à Europa e aos Estados Unidos e suas respectivas historiografias – que a história da alquimia constitui um filão importante da história da ciência e, de maneira mais abrangente, da história do conhecimento.

Essa historiografia se encarregou de analisar os textos alquímicos através de pressupostos variados, enfatizando diferentes aspectos segundo os interesses dos pesquisadores. Na Europa, as historiadoras italianas Michela Pereira e Chiara Crisciani, por exemplo, enfatizaram ao longo de sua extensa produção (que remonta à década de 1970) as relações da alquimia com a medicina e com a filosofia.<sup>74</sup>

Do outro lado do Atlântico, William R. Newman e Lawrence M. Principe lideraram a produção anglófona. Desde 1998, com um artigo que se tornou seminal, intitulado “Alchemy vs. chemistry: the etymological origins of a historiographic mistake”, esses historiadores – em dupla e separadamente – realizaram múltiplas pesquisas sobre os aspectos técnicos e experimentais da alquimia, implementando até mesmo a reconstrução laboratorial de experimentos alquímicos segundo as receitas lidas em fontes medievais e modernas.<sup>75</sup>

Com esse foco, a historiografia fez um trabalho essencial de historicizar as múltiplas práticas alquímicas, do século XIII ao XVIII. Um de seus principais méritos foi a crítica das interpretações trans- ou a-históricas que desvirtuavam a compreensão diacrônica da alquimia (NEWMAN; PRINCIPE, 2001), transformando-a em um objeto imutável ao longo de seus mais de setecentos anos de existência na Europa ocidental.

Por outro lado, essas primeiras contribuições historiográficas negligenciaram os aspectos textuais da alquimia – tanto do ponto de

---

<sup>74</sup> Para nos limitarmos a um exemplo, cf. *L'arte del sole e della luna*. Alquimia e filosofia nel medioevo. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 1996.

<sup>75</sup> Cf., por exemplo, PRINCIPE, Lawrence M. *The secrets of alchemy*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

vista dos meios físicos de transmissão, quanto da composição dos textos. Nos últimos anos, alguns exemplos de historiografia preocupada com os textos alquímicos e sua linguagem têm surgido<sup>76</sup>. Alinhamos este artigo com esta postura recente, dando destaque a uma diatribe presente no quinto capítulo do *Compound of alchemy* (1471), tratado alquímico composto em versos de rima real, atribuído a George Ripley, cônego agostiniano da região de Bridlington, na Inglaterra.

### O problema do “falso” alquimista

Para o leitor moderno, todo texto alquímico pode parecer mero palavrório, conjunto de ideias absurdas e de imagens fantasiosas. Segundo essa perspectiva, consideraríamos que todo sujeito que se intitulasse alquimista seria nada mais que um charlatão. Em outras palavras, todo alquimista seria um falsário. Não haveria diferença entre os produtores dos tratados alquímicos investigados pela historiografia e aqueles que, nesses mesmos tratados, são acusados das mais diversas fraudes, faltas morais e até mesmo crimes.

Foi na recusa dessa postura que a historiografia da alquimia conseguiu se tornar uma iniciativa de pesquisa bem-sucedida.<sup>77</sup> Porém, a historicização das ideias alquímicas, que constitui o sucesso dessa historiografia, não se estendeu ao discurso alquímico. Historiadores e historiadoras deixaram de lado a indagação fundamental relacionada aos motivos pelos quais apareceria, na própria documentação que estudam, uma figura contraditória como a do “falso” alquimista.

---

<sup>76</sup> Cf., entre outros, DEVUN, Leah. *Prophecy, alchemy, and the End of Time*. John of Rupescissa in the Late Middle Ages. New York: Columbia University Press, 2009 e TIMMERMANN, Anke. *Verse and transmutation*. A corpus of Middle English alchemical poetry (critical editions and studies). Leiden: Brill, 2013.

<sup>77</sup> Cf. o excelente artigo de NEWMAN, William R. «Decknamen or pseudochemical language»: Eirenaeus Philalethes and Carl Jung. *Revue d'histoire des sciences*, tome 49, n° 2-3, 1996, p. 159-188.

A nosso ver, o aparecimento dessa figura nos textos alquímicos não deve ser ignorado porque, segundo nossa perspectiva, é um índice de uma controvérsia (LATOIR, 2012, p. 53-59) aberta sobre a construção do conhecimento alquímico e das disputas sobre essa forma de conhecimento. Por isso, devemos colocar essa figura no centro da análise e valorizá-la segundo os elementos textuais que a constroem. Para isso devemos recorrer à antiga, mas sempre útil, arte da retórica. São duas as perguntas fundamentais que orientam nossa análise a seguir: quais são os elementos que sustentam a argumentação do poeta? Que efeito eles produzem na leitura?<sup>78</sup>

### **A diatribe do *Compound* e seus lugares-comuns**

O *Compound of alchemy* é, provavelmente, o mais famoso dos textos alquímicos medievais produzidos na Inglaterra. Escrito em inglês médio, o texto foi publicado pela primeira vez em 1471 em forma manuscrita, segundo as evidências dos códices consultados por Jennifer M. Rampling (2010, p. 129) para compor o catálogo do *corpus* atribuído a Ripley. Não há versão manuscrita autógrafa do *Compound* e apenas três cópias do último quarto do século XV sobrevivem: Oxford University, Corpus Christi College, MS 172; Oxford University, Bodleian Library, MS Ashmole 1486, pt. 3; e Cambridge University, Trinity College, MS O.5.31 (RAMPLING, 2020, p. 73, n. 35). Dos três manuscritos, apenas o de Cambridge encontra-se disponível em digitalização pública.<sup>79</sup>

A diatribe, contudo, não está presente em nenhum dos manuscritos do século XV e, por isso, recorreremos ao Cambridge University, Trinity College, MS O.2.16, cuja cópia do *Compound* é datada de 1539 e cuja digitalização do microfilme foi obtida junto à equipe de arquivistas da

<sup>78</sup> Nosso artigo constitui uma versão inicial da análise que desenvolveremos mais extensamente no âmbito de nossa pesquisa doutoral.

<sup>79</sup> O manuscrito pode ser consultado aqui: <https://mss-cat.trin.cam.ac.uk/Manuscript/O.5.31>.

instituição em comunicação pessoal.<sup>80</sup> Daqui em diante,

citamos a fonte em tradução nossa, fornecendo a transcrição dos trechos citados nas notas de rodapé.<sup>81</sup>

No quinto capítulo, dedicado à etapa da putrefação da matéria alquímica, de maneira um tanto abrupta o alquimista do *Compound* começa uma diatribe. Vejamos o que diz:

Mas, muitos são movidos ao trabalho por sua fantasia  
 Em vários assuntos, nos quais estão tinturas brilhantes  
 Tanto branca quanto vermelha, divididas manualmente  
 À vista, mas no fogo elas vão embora  
 Esses tais quebram potes e frascos dia após dia  
 Envenenando a si mesmos e perdendo suas vistas  
 Com odores e vapores e acordando à noite (O.2.16, f. 104r)<sup>82</sup>

Essa intervenção, descritiva, é feita após vinte estrofes de teoria alquímica. Ela prolonga um verso da estrofe anterior, que sugere que o conhecimento alquímico só é obtido pela vontade divina de prover inspiração e, se assim for, o leitor do texto será capaz de “conhecer a verdade e evitar a fantasia” (O.2.16, f. 104r).<sup>83</sup> É nessa oposição entre “verdade” e “fantasia” que se funda toda a argumentação do autor.

De saída, deixemos claros os termos da oposição. O conhecimento da verdade, isto é, a realização do *opus* alquímico, é o ponto final da

<sup>80</sup> O *Compound* foi editado e impresso pela primeira vez em 1591. Remetemos os leitores a essa edição, cujo texto difere pouco do manuscrito que utilizamos, e pode ser consultada em digitalização feita a partir do exemplar do Warburg Institute da University of London: [http://portal.getty.edu/books/warburg\\_b32781842](http://portal.getty.edu/books/warburg_b32781842). O quinto capítulo está localizado entre as páginas E4r-G2r, com o trecho que analisaremos entre a F2v-G2r.

<sup>81</sup> Para as transcrições, utilizamos as seguintes convenções: itálico para expansões de sílabas ou palavras abreviadas; sublinhado para modernização de grafias de sílabas ou palavras; manutenção de maiúsculas e minúsculas do manuscrito; manutenção da pontuação do manuscrito; uso de barras duplas (//) para separação de versos; uso de colchetes ([ ]) nos casos de ilegibilidade ou inserção de letras ou sílabas razoavelmente presumidas. Nas traduções citadas, inserimos pontuação e seguimos as convenções da língua portuguesa no uso de maiúsculas e minúsculas.

<sup>82</sup> “but many be movyd to work after ther fantasy // in many subiects in *which* be tynctors gay // bothe whyte and red devydyd manually // to syght but in the fyer they fle away // such breakyth potts and glassys day by day // enpoysonyng them selfe and losing theyr syghts // *with* odore and smokes and wakyng up by nyght”.

<sup>83</sup> “therefore yf god in hyt safe the to enspyre // to know the trewth and fantasy to eschew”.

jornada do praticante. Esse objetivo só é atingido mediante uma “inspiração” provida por Deus. Se considerarmos exagero afirmar que a alquimia seja conhecimento revelado, ao menos o sucesso em sua prática depende fundamentalmente de uma ligação com a divindade. Por outro lado, a alquimia atrai muitas pessoas movidas por suas “fantasias”. Ora, no inglês médio<sup>84</sup>, o termo *fantasie* (grafado *fantasy* no manuscrito) comporta o significado de uma “falsa suposição”, uma “especulação ou suspeita infundada”, uma “mentira”; também apresenta, no mesmo campo semântico, a ideia de “uma projeção da imaginação iludida ou ilusória”. Enfim, trata-se de uma “imagem mental” errônea ou enganosa.

Acusando estes desafortunados sujeitos de serem iludidos por uma “fantasia”, o autor do *Compound* se dedica a descrevê-los segundo, em nossa leitura inicial, quatro eixos que fundam os lugares-comuns de sua argumentação. Na impossibilidade de sabermos quais manuais retóricos foram utilizados pelo autor do *Compound* ou, até mesmo, se houve recurso a algum manual específico, seguimos nossa análise em linhas gerais, considerando os clássicos da retórica que tiveram circulação na Europa ocidental até o fim do século XV. É o caso da *Instituição oratória*, em que Quintiliano define os lugares-comuns (*communes loci*) como pontos de partida a partir dos quais pode-se argumentar contra os vícios em geral (II, IV, 22), ao retomar os exercícios da oratória grega (*progymnasmata*). No *Compound*, classificamos esses lugares-comuns um tanto livremente em: aparência, ignorância, comportamento e má-fé, os quais analisaremos nesta mesma ordem.

Na estrofe imediatamente seguinte àquela que abre a polêmica, o autor oferece uma visão bastante clara e, possivelmente, conhecida

<sup>84</sup> Utilizamos como referência o *Middle English Dictionary*, projeto da Universidade de Michigan. O dicionário pode ser consultado online: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary>.

de seus adversários. “Suas roupas são sujas e puídas” e eles podem ser reconhecidos por seu cheiro de “multiplicadores onde quer que vão”. Seus dedos se tornam “asquerosos” pelo uso de “corrosivos” e seus olhos são “turvos” e suas faces, “magras e azuladas” (O.2.16, fólio 104v).<sup>85</sup> A imagem descrita no *Compound* em muito se assemelha àquela utilizada, no século XIV, pelo poeta Geoffrey Chaucer (c.1343-1400) para descrever os alquimistas do “Conto do criado do cômego” (*Chanon's yeoman's tale*): na descrição do albergueiro que conduz a trupe viajante, o patrão (mestre-alquimista) usa um manto que “está uma vergonha, todo sujo e rasgado”; por outro lado, às vistas do mesmo albergueiro, o criado (aprendiz-alquimista) apresenta um rosto “descorado” e, quando indagado sobre a causa desta alteração em sua aparência, responde:

Acho que, de tanto soprar o fogo, ele acabou mudando minha cor – Deus o castigue! Não costumo ficar me olhando no espelho, mas trabalho duro para aprender alquimia (CHAUCER, 2014, p. 705).

O *Tria sunt* (cap. 12, §4), manual de retórica medieval composto por volta da segunda metade do século XIV, sugere (retomando Cícero) que na invectiva é lícito argumentar a partir da “natureza” da pessoa. A natureza, neste caso, diz respeito às qualidades físicas da aparência dos indivíduos.

Em uma chave de leitura retórica, é sempre fundamental lembrar que não há propriamente plágio nem apropriação, mas sim emulação daquilo que se considera exemplarmente persuasivo (HANSEN, 2013, p. 15). Deste modo, as terminologias descritivas, que em muito se aproximam (ainda que separadas por quase cem anos em termos de

<sup>85</sup> “ther clothys be baudy and weryn threde bare // men may them smell for multyplyers where they go // to fyle theyr fyngers with corrosyves that do not spare // theyer [e]yes be bleryd and ther chekys bothe lene and blo // and thus for had I wyst they suffer lost and woo // such when they have list that was in ther purse // then do they chyde and *philosophors* fore accursse”.

publicação inicial dos textos), podem ser reposicionadas numa relação de exemplaridade, sendo a descrição chauceriana considerada como uma imagem particularmente persuasiva para descrever os alquimistas malfadados.

A ignorância constitui outro ponto de partida, pois que esses alquimistas maltrapilhos se embrenham em suas casas repletas de “fornos”, “frascos de diversos formatos”, “sais”, “pesos”, “óleos” e “águas fortes”.<sup>86</sup> Além disso, em seu trabalho empregam os mais diversos tipos de substâncias, como “urina”, “sangue” e “ovos” (O.2.16, fólho 104v).<sup>87</sup> Esse ponto faz contraste a todo o tratado alquímico de Ripley e, efetivamente, às suas fontes.

Como demonstrou Jennifer Rampling (2008, p. 191-193), a alquimia do *Compound* é baseada principalmente nas teorias da vertente chamada pseudo-luliana, pela atribuição póstuma dos textos deste *corpus* ao pregador maiorcano Raimundo Lúlio (c.1232-c.1315/16).<sup>88</sup> O *Compound* se filia à prática “crisopoética”, isto é, produtora de ouro e baseada na transmutação metálica. No *corpus* pseudo-luliano, os textos aos quais Ripley recorria desautorizavam o uso de materiais orgânicos para fins de transmutação metálica (RAMPLING, 2010, p. 55-63). Essa atribuição do uso de materiais orgânicos aos seus adversários constitui não apenas um *topos* da diatribe, mas se integra efetivamente à toda argumentação teórica do *Compound* que rejeita o uso de tais materiais a fim de preservar a coerência doutrinária de seu tratado.

A ênfase nas imagens de objetos técnicos também tem sua razão de ser. Como vimos anteriormente, os potes e frascos quebrados dia após

<sup>86</sup> “to se ther howsys it is a nobyll sport // what fornaces what glassys be of dyvers shape // what salts what ponders what oyls and water fort”.

<sup>87</sup> “in blod eggs some tyll ther thryft was gone // devdyng elements and brekyng meny a pott // multeplyng the sherdy but yet they hyt it not”.

<sup>88</sup> Cf. PEREIRA, Michela. *The alchemical corpus attributed to Raymond Lull*. London: Warburg Institute, 1989.

dia sugerem uma excessiva confiança nos procedimentos empíricos. É importante destacar, como a historiografia vem demonstrando nos últimos anos, que a alquimia ocidental é uma prática tanto baseada nas experiências de manipulação de substâncias mediante o uso de instrumentos (NEWMAN; PRINCIPE, 2005) quanto na especulação a respeito das causas das mudanças observadas durante esses processos empíricos (OBRIST, 1996). Como indica a estrofe que antecede a abertura da diatribe, as razões do sucesso do trabalho alquímico não estão exclusivamente ligadas ao trabalho empírico, mas à vontade de Deus. Vontade essa que, contudo, se manifesta para um grupo seletivo.

A ignorância se manifesta, também, pelo despreço que os alquimistas vituperados têm por suas contrapartes. O autor emprega o termo “filósofos” para se referir tanto ao grupo do qual faz parte – dos (pretensamente) legítimos alquimistas – quanto a seus adversários – os ignóbeis praticantes dos quais estamos tratando em nossa análise. Ao termo “filósofos” se opõe o termo “multiplicadores”, referência à legislação régia que proibia a “multiplicação de metais” – prática vagamente definida, mas que se referia, como atesta a historiografia (GEOGHEGAN, 1957, p. 10), à falsificação de moedas. Uma preocupação fiscal, portanto. A oposição entre “filósofos” e “multiplicadores” é, enfim, colocada em jogo nos seguintes versos: “não multiplicadores, mas filósofos eles serão chamados // que filosofia natural nunca leram, nem viram” (O.2.16, fólio 105r).<sup>89</sup>

Sob o *topos* da ignorância, se arvoram o excessivo experimentalismo, a incoerência doutrinária e, por fim, aquela que talvez seja a razão primeira de toda imperícia dos alvos da invectiva, seu

<sup>89</sup> “no multeplyers but *philosophors* callyd wyll they be // which naturall *phylosophy* dyd never rede nor see”.

desconhecimento da filosofia natural. Derivada da ciência natural aristotélica, a filosofia natural medieval se tornou uma das principais áreas dedicadas à especulação sobre a transformação da matéria (GRANT, 1996, p. 135-137). Importante notar que a filosofia natural é lida e vista, isto é, aprende-se nos livros bem como pela observação empírica. Essa falta de conhecimento é contraposta, no final do capítulo, às sugestões que o autor faz a respeito de colocar sob escrutínio o conhecimento dos praticantes com os quais o leitor cruzar: “prove-o primeiro e confronte-o // sobre todos os segredos de nossa pedra”<sup>90</sup>, aos quais ele deve responder “como deveria um clérigo” (O.2.16, fólio 108r-v).<sup>91</sup>

A figura do clérigo (*clarke*, na grafia do manuscrito) está associada a múltiplos significados. O sentido verossímil, contudo, pelas delimitações da argumentação empregada, é aquele que se relaciona ao indivíduo “letrado”<sup>92</sup>, isto é, aquele que, em acepção ampla, sabe ler, escrever e fazer uso de textos. O segundo lugar argumentativo evocado pelo *Tria sunt* (cap. 12, §5) na vituperação é aquele relativo aos aspectos “da mente”, o que inclui a ignorância, a estupidez e outras características. À imagem dos alquimistas esfarrapados e obtusos é oposta a do alquimista do *Compound*, a qual pouco se precisa enfatizar na diatribe, em virtude de ser o próprio tratado prova suficiente de suas características positivas.

Os alquimistas iludidos são levados a toda sorte de maus comportamentos. Um deles é uma verborragia que gasta o jargão alquímico, como diz o *Compound*:

Eles falam do homem vermelho e de sua esposa branca  
Que é uma coisa especial, e dos dois elixires  
Da quintessência e dos elixires da vida

<sup>90</sup> “prove hym fyrst and hym appose // of all the secretts of our stone”.

<sup>91</sup> “yf he can [ilegível] answer as ought a clarke”.

<sup>92</sup> A discussão historiográfica é conhecida e, por isso, remetemos a um autor específico, que acreditamos tratar bem o assunto: cf. CLANCHY, Michael T. *From memory to written record*. England, 1066-1307. 3<sup>rd</sup>. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

De mel, de celidônia, e também de secundina (O.2.16, fólio 105r)

Em um poema alquímico contemporâneo, Thomas Norton adverte contra os praticantes que esses alquimistas que falam demasiadamente sobre seus conhecimentos, afirmando a seus leitores que “se eles tivessem conhecimento, não tenha dúvida // eles seriam relutantes em mostrá-lo” (NORTON, 1975, p. 15, linhas 347-348). O alquimista que se quer legítimo, portanto, evita a divulgação dos segredos de sua arte.

A verborragia não se limita, porém, à alquimia. Ela parece ser, com efeito, defeito de caráter. Soberbos, os alquimistas chegam a dizer que, com suas habilidades, seriam capazes de ganhar a guerra contra a França para o rei inglês bem como trazer de volta “para casa”, isto é, à Europa cristã, a cruz sagrada – e até mesmo seriam capazes de pagar o resgate caso o rei fosse sequestrado (O.2.16, fólio 105r). Todos esses feitos estão, é claro, sendo ironizados em face dos fracassos já anteriormente mencionados. A soberba abre caminho a outros comportamentos reprováveis, como a embriaguez e a vagabundagem:

É impressionante que a Igreja de Westminster  
À qual esses filósofos assombram  
Pois que eles podem trabalhar tão bem  
Como eles ostentam e sustentam  
Bebendo diariamente o vinho à justa medida  
Não foi terminada perfeitamente, de uma vez  
Pois verdadeiramente a ela faltam muitas pedras (O.2.16, fólio 105r)

Enquanto estão na cidade os alquimistas precisam se esquivar dos “tolos que os seguem” e dos sargentos, com suas “maças de prata”, que os esperam “a toda hora”, pois, afinal, “são homens de muita honra”. Ao vagarem pela cidade precisam, também, ter cuidado com os “comerciantes e ourives” que os esperam. E se os sargentos os alcançam e os prendem, suas bolsas revelam nada mais que sua pobreza; e o dinheiro que devem aos seus credores foi “mijado nas paredes” (O.2.16, fólio 105v).

O endividamento e os problemas com a lei levam a dois comportamentos, por fim, que terminam de desgraçar a reputação destes alquimistas. Veja-se esse diálogo imaginado entre os credores e os devedores:

Onde está meu dinheiro, diz um  
E onde está o meu, dizem outros  
Mas, ouça como eles são sutis  
Ao responderem que devem ser escusados  
De nossos elixires fomos roubados  
Caso contrário, teríamos pago todo o ouro perdido  
Embora fosse [ser pago] dez vezes mais (O.2.16, fôlio 106r)

A restituição aos credores é adiada porque, desafortunados que são, tiveram seus elixires alquímicos provedores de riqueza roubados. Podemos estipular que isso seria de pouca importância aos credores, que tentariam recuperar seu dinheiro por qualquer meio que seja. Esta cena é seguida, contudo, pelo argumento central desta encenação: os alquimistas vituperados conseguem continuar suas fracassadas atividades porque são *persuasivos*.

O último lugar-comum da diatribe, a má-fé, enfatiza os usos imorais do poder discursivo dos alquimistas. Ao longo das estrofes seguintes, o autor da invectiva se dedica a sugerir que seus adversários são tão persuasivos que conseguem convencer até mesmo os monges da abadia de Westminster a usarem suas remunerações eclesiásticas como investimento em seus trabalhos alquímicos. Ironicamente, o autor sugere que o abade deveria “apreciar esta companhia // pois que eles [os alquimistas] podem ensinar seus monges a viver em pobreza”, usando de sua “filosofia” para aliviar o peso das bolsas de dinheiro dos religiosos (O.2.16, fôlios 106v-107r).

Toda essa enumeração de maus feitos parece seguir não apenas as diretrizes do discurso epidíctico, ao qual pertence a vituperação, mas também o discurso jurídico, no qual se examina a conduta de uma pessoa acusada de atos criminosos. Na *Retórica a Herênio* (II, 5)<sup>93</sup>, por exemplo, é bastante marcada a virulência exigida da argumentação por

---

<sup>93</sup> O trecho mencionado se encontra à página 91 da edição referida na bibliografia.

parte do acusador, que deve desqualificar o acusado por quaisquer meios possíveis.

A diatribe termina algumas estrofes adiante com algumas poucas indicações do que o leitor do *Compound* deve fazer para não ser enganado por esses alquimistas. Como vimos acima, a fim de evitar os ignorantes é preciso colocá-los sob prova em busca de respostas dignas de um “clérigo”. Em oposição à vida desregrada, verborrágica, embriagada e soberba, deve-se inquirir e averiguar se o indivíduo que se apresenta como alquimista “vive virtuosamente”<sup>94</sup> (O.2.16, fólio 108r).

### Os efeitos dos lugares

Retomando nossas perguntas iniciais, cremos ser possível identificar nessa leitura, além dos quatro lugares que fundam a argumentação, os usos de técnicas variadas da tradição retórica que remonta à Antiguidade. Como destaca João Adolfo Hansen (2010), ao considerarmos a existência de uma “instituição retórica” de longa duração, faz-se mais interessante o estudo dos usos contingentes das técnicas retóricas. Neste caso, cremos ter indicado, ao menos, os usos de lugares-comuns com intuito de vituperar combinados aos preceitos da retórica judicial, interessada em desqualificar.

A essa altura talvez seja desnecessário argumentar, mas devemos enunciar claramente que o tropo fundamental que organiza toda essa invectiva é a ironia. Como ensinou a *Instituição oratória* (IX, II, 49), um dos pontos da ironia é conceder aos adversários aquilo que não têm e o sarcasmo, uma de suas figuras principais, prevê o uso da zombaria hostil, segundo Beda, o Venerável (HALM, 1863, p. 616).

---

<sup>94</sup> “but fyrst example grope and tast // and as thow provyst so put thy confydence // and ever be ware of grete expence // but yf thy *phylosophers* leve vertuosely // trust the better to hys phylosophye”.

Quanto aos efeitos gerados pelos usos destas técnicas, podemos separá-los em dois. O primeiro, mais óbvio, é a desqualificação generalizada de um grupo de homens que se dedicam a praticar alquimia. Note-se, contudo, que essa desqualificação não parte de um crítico externo à prática, mas efetivamente está contida em um grande tratado alquímico. Nesse sentido, retomamos nossa consideração de que a polêmica textual não pode ser entendida meramente como construção fictícia, mas artifício retórico em prol da persuasão dos leitores. Como nota Aristóteles em sua *Retórica* (1366a), o discurso epidíctico, que se encarrega do elogio e da censura, tem por efeito enaltecer o caráter do orador. Assim, pela definição em contrário, o segundo efeito intencionado pelo autor do *Compound* é a tentativa de persuadir seu leitor de que seu comportamento é o oposto daquele que descreve para seus adversários, de que seu texto é recomendável e exemplar daquilo que deve ser seguido como uma prática alquímica não só socialmente sancionável, mas que leva à desejada anuência divina.

Por fim, resta-nos colocar a questão: o alquimista da diatribe, alvo da censura, é um falso alquimista? Para responder a essa pergunta, referimo-nos à questão do eremitismo medieval, estudada por Gabriel Castanho. Em seu livro de recente publicação, Castanho convida os leitores a apreciarem elementos de uma polêmica levantada no século XII por ocasião de um poema satírico. Nessa sátira, Paganus Bolotinus se insurge contra “falsos eremitas” da região em que vive. Julga-os como enganadores e hipócritas.

Castanho (2021, p. 174) chama atenção, então, para o fato de que tratar a situação descrita no poema de Bolotinus em termos binários, verdadeiro-falso, seria justamente embarcar no discurso do documento. Contra isso, faz um exame minucioso da historiografia e constata que, até

então, a própria historiografia qualificava a questão nos mesmos termos por reproduzir o discurso das fontes. Ciente dos interesses de seus predecessores, o historiador procede à leitura retórica do texto, destacando os lugares-comuns da argumentação que instituem essa dicotomia. E, ao fim, sugere: devemos observar a polêmica como indício de práticas eremíticas em disputa.

Para o nosso problema, cremos ser possível concluir da mesma forma. Diferentemente do caso do eremitismo, cuja documentação é mais escassa em geral, a documentação escrita alquímica é razoavelmente vultuosa e variada em seus formatos. Robert Halleux (1979, p. 73-87) classificou os textos alquímicos em diversos tipos, cujos principais são as receitas – textos curtos, de intuito mais técnico – e as sumas – textos mais longos, compostos por uma *practica* (parte técnica) e uma *theorica* (parte especulativa). Quando o autor do *Compound* põe em questão toda a displicência de seus adversários em falarem livremente do jargão alquímico, sugerimos que o que está em jogo não são os segredos da arte, mas sim a própria reputação dos alquimistas.

A ênfase em um conhecimento “clerical”, que poderíamos associar a um conhecimento livresco tanto em virtude do significado de *litteratus* atrelado a clérigo quanto à variedade de autoridades alquímicas referidas no restante do *Compound*, contraposta ao experimentalismo excessivo sugerido como característica dos vituperados seria a demarcação de que o conhecimento alquímico é organizado em torno de “comunidades textuais”, para empregar o termo de Stock (1983). Essas comunidades configuram os modos adequados de leitura e uso dos textos alquímicos, bem como das técnicas metalúrgicas envolvidas, em uma relação inextricável.

### **Considerações finais**

O emprego das técnicas retóricas serve à formação de uma dupla representação: a do alquimista legítimo, autor do *Compound*, que se define como “bom” praticante em prejuízo desta figura do alquimista maltrapilho, que habita o imaginário inglês pelo menos desde o século XIV, através da ficção de Chaucer e, ao que tudo indica, permaneceu até fins de século XV. As evocações de espaços concretos como a Igreja de Westminster e questões políticas como os embates ingleses com a França emprestam força à argumentação pelo efeito de realidade que produzem, mas nunca devemos confundi-las com a concretude dos objetos, lugares ou instituições citadas. São artifícios a serviço de uma representação que disputa o imaginário dos leitores.

Para além da classificação de Halleux mencionada acima, os textos alquímicos podem ter combinações temáticas e de gêneros significativamente variadas, impondo grande dificuldade de classificá-los dentro de uma única rubrica. A poesia alquímica, por exemplo, foi colocada sob a tradição da poesia didática por Robert M. Schuler (1983). Quanto à produção escrita em inglês médio, Timmermann (2013) nota que os versos se tornaram um dos meios de composição mais difundidos para escritos de medicina e alquimia. A poesia alquímica inglesa, por exemplo, tem sido considerada uma forma privilegiada de composição textual para obtenção de patrocínio de nobres e da realeza (KAHN, 2011, p. 64).

Nessas permutações de gêneros, formas e conteúdo, podemos encontrar sociedades vivamente movimentadas por dinâmicas sociais e culturais. Uma leitura do texto imbuído de conteúdo alquímico pode demonstrar que sua linguagem e os usos de técnicas retóricas – como a metáfora, sem dúvida a figura mais representativa da escrita alquímica – estão intrinsecamente ligados.

Se começamos este artigo indicando que a historiografia da alquimia se construiu, em grande parte, sobre as bases da história da ciência, gostaríamos de encerrá-lo retornando a este ponto. Retomando as críticas de Latour à história e sociologia da ciência, uma história da alquimia que a estude exclusivamente do ponto de vista das teorias e técnicas, da especulação sobre a matéria e do experimentalismo, não é vê-la propriamente em ação. É preciso expandir o escopo analítico e, a nosso ver, a leitura retórica favorece essa nova perspectiva: persuadir não é apenas convencer, mas é arregimentar aliados, angariar forças, vencer disputas. É recolocar em cena a desigual repartição do poder, historicizando o imaginário e as representações do objeto, ampliando nossa compreensão da prática histórica da alquimia medieval.

## REFERÊNCIAS

### A) DOCUMENTOS

ANÔNIMO. *Retórica a Herênio*. Tradução e introdução Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

ANÔNIMO. *Tria sunt*. An art of poetry and prose. Edited and translated by Martin Camargo. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2019.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Obras completas de Aristóteles (coord. António Pedro Mesquita), vol. VIII, tomo I. Prefácio e intro. Manuel Alexandre Júnior. Trad. e notas Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

Cambridge University, Trinity College, MS O.2.16, 1539, fólios 104r-109r.

CHAUCER, Geoffrey. *Os contos da Cantuária*. Tradução, apresentação e notas de Paulo Vizioli. São Paulo: Editora 34, 2014.

HALM, Carolus (ed.). *Rhetores latini minores*. Lipsiae: 1853.

NORTON, Thomas. *Thomas Norton's Ordinal of Alchemy*. Edited by John Reidy. Oxford: Early English Text Society, 1975.

QUINTILIANO. *Instituição oratória*. 4 tomos. Tradução, apresentação e notas de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

### B) BIBLIOGRAFIA

CASTANHO, Gabriel de Carvalho Godoy. *O cônego e o eremita. Retórica, religião e sociedade (Chartres, 1120-1150)*. São Paulo: Annablume, 2021.

CLANCHY, Michael T. *From memory to written record*. England, 1066-1307. 3<sup>rd</sup>. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

CRISCIANI, Chiara; PEREIRA, Michela. *L'arte del sole e della luna*. Alchimia e filosofia nel medioevo. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 1996.

DEVUN, Leah. *Prophecy, alchemy, and the End of Time*. John of Rupescissa in the Late Middle Ages. New York: Columbia University Press, 2009.

GEOGHEGAN, D. A licence of Henry VI to practise alchemy. *Ambix*, vol. 6, no. 1, 1957, p. 10-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/amb.1957.6.1.10>. Acesso em: 23 ago. 22.

GRANT, Edward. *The foundations of the modern science in the Middle Ages*. Their religious, institutional, and intellectual contexts. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

HALLEUX, Robert. *Les textes alchimiques*. Turnhout: Brepols, 1979.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33, jul./dez., 2013, p. 11-46. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/19759/14255>. Acesso em: 23 ago. 22.

KAHN, Didier. Alchemical poetry in Medieval and Early Modern Europe: a preliminary survey and synthesis. Part II – Synthesis. *Ambix*, vol. 58, n. 1, mar. 2011, p. 62-77. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/174582311X12947034675514>. Acesso em: 25 ago. 22.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social*. Uma introdução à teoria do ator-rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

MACK, Peter. *Rhetoric's questions, reading and interpretation*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

MARTÍNÓN-TORRES, Marcos. Some recent developments in the historiography of alchemy. *Ambix*, vol. 58, n. 3, 2011, p. 215-237. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/174582311X13129418299063>. Acesso em: 22 ago. 22.

NEWMAN, William R. «Decknamen or pseudochemical language»?: Eirenaeus Philalethes and Carl Jung. *Revue d'histoire des sciences*, t. 49, n. 2-3, 1996, Théorie et pratique dans la construction des savoirs alchimiques, p. 159-188. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/rhs\\_0151-4105\\_1996\\_num\\_49\\_2\\_1254](https://www.persee.fr/doc/rhs_0151-4105_1996_num_49_2_1254). Acesso em: 22 ago. 22.

NEWMAN, William R.; PRINCIPE, Lawrence M. Alchemy vs. chemistry: the etymological origins of a historiographic mistake. *Early Science and Medicine*, vol. 3, n. 1, 1998, p. 32-65. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/157338298X00022>. Acesso em: 22 ago. 22.

NEWMAN, William R.; PRINCIPE, Lawrence M. Some problems with the historiography of alchemy. In: NEWMAN, William R.; GRAFTON, Anthony (ed.). *Secrets of nature. Astrology and alchemy in Early Modern Europe*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001, p. 385-431.

NEWMAN, William R.; PRINCIPE, Lawrence M. Alchemy and the changing significance of analysis. In: BUCHWALD, J. Z.; FRANKLIN, A. (ed.). *Wrong for the right reasons*. Dordrecht: Springer Nature, 2005, p. 73-89.

OBRIST, Barbara. Art et nature dans l'alchimie médiévale. *Revue d'histoire des sciences*, tome 49, n. 2-3. Théorie et pratique dans la construction des savoirs alchimiques, 1996, p. 215-286. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/rhs\\_0151-4105\\_1996\\_num\\_49\\_2\\_1256](https://www.persee.fr/doc/rhs_0151-4105_1996_num_49_2_1256). Acesso em: 23 ago. 22.

PEREIRA, Michela. *The alchemical corpus attributed to Raymond Lull*. London: Warburg Institute, 1989.

PRINCIPE, Lawrence M. *The secrets of alchemy*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

RAMPLING, Jennifer M. *The alchemy of George Ripley, 1470-1700*. November, 2009. Doctoral dissertation (Ph.D. in History) – Clare College, Cambridge University, Cambridge, 2010.

RAMPLING, Jennifer M. The catalogue of the Ripley corpus: alchemical writings attributed to George Ripley (d. ca. 1490). *Ambix*, vol. 57, n. 2, jul. 2010, p. 125-201. Disponível em: <https://doi.org/10.1179/174582310X12719003720322>. Acesso em: 22 ago. 22.

RAMPLING, Jennifer M. *The experimental fire. Inventing English alchemy, 1300-1700*. Chicago: University of Chicago Press, 2020.

SCHULER, Robert M.; FITCH, John G. Theory and context of the didactic poem: some classical, mediaeval, and later continuities. *Florilegium*, vol. 5, 1983, p. 1-43.

STOCK, Brian. *The implications of literacy*. Written language and models of interpretation in the eleventh and twelfth centuries. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1983.

TIMMERMANN, Anke. Scientific and encyclopaedic verse. In: BOFFEY, Julia; EDWARDS, A. S. G. (ed.). *A companion to fifteenth-century English poetry*. Cambridge: D. S. Brewer, 2013, p. 199-212.

TIMMERMANN, Anke. *Verse and transmutation*. A corpus of Middle English alchemical poetry (critical editions and studies). Leiden: Brill, 2013.